

Apresentação

**Movimentos Sociais e Direitos LGBTQIA+:
possibilidades e disputas***Social Movements and LGBTQIA+ Rights:
possibilities and disputes**Movimientos sociales y derechos LGBTQIA+:
posibilidades y disputas* <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.42141> **Olivia Cristina Perez**

Doutora em Ciência Política (USP). Professora Adjunta do bacharelado e mestrado em Ciência Política e mestrado e doutorado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil. E-mail: oliviaperez@ufpi.edu.br

 **Thiago Coacci**

Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do podcast Larvas Incendiadas. E-mail: thiagocoacci@gmail.com

 **Libni Milhomem Sousa**

Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integrante do Grupo de Pesquisa Democracia e Marcadores Sociais da Diferença. E-mail: libnichaves@hotmail.com

RESUMO

Este texto introdutório apresenta o dossiê temático *Movimentos Sociais e Direitos LGBTQIA+ Possibilidades e disputas*, que tem como propósito trazer para a discussão as diversas experiências da população LGBTQIA+ na busca por reconhecimento e aprovação de direitos e políticas públicas. O dossiê contém onze trabalhos que versam sobre o movimento de resistência de ativistas LGBTQIA+ em regimes ditatoriais ou não, as disputas no interior do Estado contra e a favor de políticas e direitos LGBTQIA+ e o ativismo dos movimentos sociais na construção de direitos. Os estudos lançam luzes sobre os cenários de resistência encontrados pela população LGBTQIA+, contribuindo com a atualização dos debates sobre as estratégias engendradas por essa população na busca por direitos, além de incentivar a mobilização em prol das causas LGBTQIA+.

Palavras-chave: movimentos sociais; população LGBTQIA+; direitos.

ABSTRACT

This introductory text presents the thematic dossier *Social Movements and LGBTQIA+ Rights Possibilities and Disputes*, which aims to bring to the discussion the diverse experiences of the LGBTQIA+ population in the search for recognition and approval of rights and public policies. The dossier contains eleven papers that deal with the resistance movement of LGBTQIA+ activists in dictatorial regimes or not, the disputes within the State for and against LGBTQIA+ policies and rights, and the

activism of social movements in the construction of rights. The studies shed light on the resistance scenarios encountered by the LGBTQIA+ population, contributing to the updating of debates on the strategies engendered by this population in the search for rights, in addition to encouraging mobilization in favor of LGBTQIA+ causes.

Keywords: social movements; LGBTQIA+ population; rights.

RESUMEN

Este texto introductorio presenta el dossier temático *Movimientos Sociales y Derechos LGBTQIA+ Posibilidades y Disputas*, que tiene como objetivo traer a la discusión las diversas experiencias de la población LGBTQIA+ en la búsqueda de reconocimiento y aprobación de derechos y políticas públicas. El dossier contiene once trabajos que abordan el movimiento de resistencia de activistas LGBTQIA+ en regímenes dictatoriales o no, las disputas dentro del Estado en contra y a favor de políticas y derechos LGBTQIA+, y el activismo de los movimientos sociales en la construcción de derechos. Los estudios arrojan luz sobre los escenarios de resistencia encontrados por la población LGBTQIA+, contribuyendo a la actualización de los debates sobre las estrategias engendradas por esta población en la búsqueda de derechos, así como incentivando la movilización a favor de las causas LGBTQIA+.

Palabras clave: movimientos sociales; población LGBTQIA+; derechos.



Introdução

A população denominada atualmente de LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexos, assexuais e outras possibilidades de gêneros e sexualidades dissidentes) encontra inúmeros desafios para existir. Se relacionar com alguém do mesmo sexo é considerado crime em ao menos onze países, como na Arábia Saudita, Irã, Nigéria, Afeganistão e Emirados Árabes Unidos (Rosas, 2023). Esses países são reconhecidos por serem bastante intolerantes à diversidade sexual e de gênero ao ponto de condenarem pessoas LGBTQIA+ à pena morte (Rosa, 2023). Para além desse tipo de condenação drástica, os dados Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex (ILGA World, 2020) mostram que pelo menos sessenta e quatro países também proíbem o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo (Rodrigues, 2022) e que as punições mais aplicadas são o encarceramento e as flagelações em público (Rosas, 2023). Ou seja, embora esses países não punam pessoas LGBTQIA+ com a sentença de pena de morte, as penas aplicadas também são bastante duras.

As perseguições e cerceamentos aos direitos LGBTQIA+ ocorrem de diversas formas e mesmo em regiões consideradas mais progressistas em relação a essas causas. Um caso recente, com repercussão mundial, foi a sentença favorável dada pela Suprema Corte dos Estados Unidos a uma *web designer* cristão que se negou a construir sites que celebrem a união de casamentos homoafetivos (Vogue, Cole, 2023). Para o presidente da Campanha de Direitos Humanos, Kelley Robinson, a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos é um “perigoso retrocesso” para população LGBTQIA+, pois permite às empresas recusarem a prestar qualquer tipo de serviço em razão da orientação sexual de quem os procura (Vogue, Cole, 2023). Essa decisão, antes de tudo, é um reflexo da influência de posições conservadoras na Suprema Corte dos Estados Unidos, como também é um alerta a um possível ataque aos direitos LGBTQIA+ já conquistados.

É importante destacar a ascensão de projetos políticos engendrados por grupos conservadores que têm promovido uma politização reacionária ao reconhecimento desses direitos (Aquino *et al.*, 2021). Na Europa, por exemplo, observa-se o crescimento de discursos de ódio contra a população LGBTQIA+ nos últimos dez anos (ILGA World, 2023). Países como França, Alemanha, Portugal e Espanha registraram, em 2022, um aumento expressivo da violência direcionada às pessoas LGBTQIA+, em grande parte, promovido por discursos de ódio advindos de figuras políticas, líderes religiosos e organizações de direita e de extrema direita (Évora, 2023). Logo, esses grupos têm buscado inflamar a opinião pública contra a população LGBTQIA+, visando o avanço de suas pautas conservadoras.

Em uma recente pregação, nomeada de “Teoria da Conspiração”, que ocorreu na Igreja da Lagoinha, em Orlando, nos Estados Unidos, o pastor bolsonarista André Valadão fez duros ataques

à população LGBTQIA+. Mesmo com o culto sendo transmitido ao vivo, o pastor não se intimidou e proferiu diversas falas consideradas problemáticas, como “Ele diz, ‘já meti esse arco-íris aí. Se eu pudesse, matava tudo e começava de novo. Mas prometi que não posso’, agora tá com vocês” e “não entendeu o que eu disse? Agora, tá com vocês! Deus deixou o trabalho sujo para nós” (César, 2023, s/p).

No Brasil, somente em 2022 foram registradas 273 mortes e violências a pessoas LGBTQIA+. De acordo com os dados do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+, desse total de mortes, 228 foram por assassinatos, 30 por suicídios e 15 por causas diversas (Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, 2023). Isso faz do Brasil o país que mais mata LGBTQIA+ no mundo. Entretanto, o alto número de mortes de pessoas LGBTQIA+ parece não ser o suficiente para conter a disseminação de discursos de ódio. A proliferação desses discursos tem sido uma tática engendrada pela extrema direita, que busca construir um “inimigo em comum” para “justificar a crise de seu modelo econômico e social” (Hunty, 2023, s/p). E ao que tudo indica, a população LGBTQIA+ foi escolhida para ser esse *inimigo*¹.

Ocorre que o campo dos direitos LGBTQIA+ é de disputa. E se, por um lado, os grupos conservadores vencem, por outro, a mobilização social tem sido responsável por decisões importantes. Dentre outras, podemos citar conquistas recentes, como o reconhecimento da união civil homoafetiva, em países como a Espanha (2005), Brasil (2011) e Estados Unidos (2015). A esse respeito, tem sido importante o papel desempenhado pelos tribunais. Por exemplo, tribunais como os da França e da Espanha têm atuado fortemente para impedir os crimes dirigidos à população LGBTQIA+, ao proferir sentenças condenatórias a esses crimes (Évora, 2022). A forte atuação desses tribunais visa frear os efeitos dessa agenda reacionária contra os direitos da população LGBTQIA+, o que, conforme Sousa e Perez (2022), parece ser uma tendência que as demandas relacionadas a esses grupos passem a ser decididas através dos tribunais.

Mas as conquistas no campo LGBTQIA+ não vêm apenas dos tribunais, como pode parecer em um primeiro momento. Elas advêm de uma forte mobilização social. E foi para mostrar as estratégias e alcances dessa mobilização que organizamos o dossiê temático *Movimentos Sociais e Direitos LGBTQIA+ Possibilidades e disputas*. O objetivo de nós, ativistas e pesquisadores foi sistematizar o conhecimento da academia sobre o campo e, mais do que isso, dar visibilidade às causas e incentivar a mobilização social. Consideramos que todas as iniciativas nesse sentido são um marco, incluindo o presente dossiê.

Nossa intenção é contribuir com o campo de estudos e ativismos LGBTQIA+, especialmente a partir do campo das ciências sociais. As pesquisas contidas no presente dossiê partem de

¹ Essa estratégia está alinhada ao preceito de “dividir para conquistar”, atribuído ao imperador romano Júlio César. Elevar a população LGBTQIA+ à condição de “inimigo em comum” é uma tática engendrada por determinados grupos para a manutenção do poder, como também tem relação com as crises estruturais do capital (Cf. Hunty, 2023).

diversificados campos, contanto com diferentes metodologias e técnicas de pesquisa para compreender os distintos cenários em que a população LGBTQIA+ se mobiliza. Especificamente as pesquisas reúnem um conjunto de dados que analisam: (I) a formação de uma resistência LGBTQIA+ em períodos ditatoriais; (II) os limites e as oportunidades na construção e efetivação de políticas públicas; (III) as armadilhas e as resistências enfrentadas pela população LGBTQIA+ no campo institucional; (IV) a contribuição dos movimentos sociais e da sociedade civil para a expansão dos direitos para essa população; (V) as disputas para a construção de leis e dispositivos para a população trans; (VI) e o testemunho de ativistas LGBTQIA+ em torno das suas experiências com o campo da resistência.

Os trabalhos partem de distintas áreas do conhecimento para analisar o percurso da população LGBTQIA+ na conquista e efetivação de direitos e de políticas públicas. Percebe-se, em termos de avanço no campo, a ampliação das áreas de pesquisa que estudam a população LGBTQIA+. Em geral, essa é uma temática mais explorada nas áreas como a Sociologia e Antropologia; mas o dossiê demonstra, por exemplo, a crescente contribuição da Ciência Política ao campo.

A recepção deste dossiê pela comunidade acadêmica ultrapassou as nossas expectativas. Ao todo, recebemos vinte e dois artigos, sendo sete contribuições de pesquisadores e pesquisadoras de outros países, como Espanha, Portugal, Cuba e Chile (cada país está representado por um artigo no dossiê, exceto o Chile com dois artigos), além de quinze pesquisas do Brasil. Esse alcance é um fato inédito para a Revista Simbiótica: foi o dossiê que mais recebeu propostas de trabalho de outros países. É oportuno destacar que esse alcance geográfico amplia a confluência entre pesquisas e pesquisadores e pesquisadoras de campos afins e realidades distintas.

A diversidade das origens das propostas tem relação com um fato pouco comum: a presença de dois organizadores da região Nordeste do Brasil inseridos em redes internacionais. Destacamos esse fato para chamar atenção para a importância de pesquisadores e pesquisadoras de regiões do país consideradas periféricas, como o Piauí, mas que, na verdade, também são centros de produção de conhecimento e ativismos. Fica, então, o convite para que o universo acadêmico se abra para a diversidade regional e, também, para os temas pujantes na contemporaneidade.

Sobre os textos que integram o dossiê

A ordem dos trabalhos dispostas no dossiê foi pensada de modo a possibilitar aos leitores compreenderem quais os caminhos a população LGBTQIA+ e os seus representantes têm buscado para compor as suas estratégias com o objetivo de superar os desafios oriundos das disputas encontradas no campo simbólico e no campo político.

Abrimos o dossiê com o artigo *Políticas públicas em âmbito federal para a população LGBTQIA+: do projeto participativo ao autoritário*, de autoria de Olívia Cristina Perez e Gustavo Gomes da Costa Santos, que examina as políticas públicas para a população LGBTQIA+ no Brasil por meio da análise dos perfis de ocupantes de cargos políticos na burocracia federal e de marcos históricos no campo dessas políticas. A pesquisa aborda as políticas públicas para a população LGBTQIA+ desde a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal com a eleição de Lula (2002) até o fim do governo de Jair Bolsonaro (01 de janeiro de 2023), com o retorno de Lula ao poder. Baseado no conceito de projeto político, o artigo buscou compreender como os projetos políticos presentes nas gestões desses governos foram responsáveis pela ampliação ou diminuição de políticas públicas e direitos para pessoas reconhecidas como LGBTQIA+. A pesquisa mostra que o projeto participativo do PT ampliou, ainda que com limitações, os canais de participação com a sociedade civil, colaborando para a construção de diversas políticas públicas e direitos, enquanto as gestões posteriores, a exemplo do governo de Jair Bolsonaro, abertamente adepto ao projeto autoritário, impediu que as pautas para a população LGBTQIA+ avançassem.

Também considerando como objeto de análise as políticas públicas brasileiras, o artigo *Mapeamento das políticas públicas para pessoas LGBTI+ no Amapá: os desafios da implementação*, de Carla Isadora Barbosa Canto e José Raulino Chaves Pessoa Júnior, mapeou todas as políticas públicas do estado do Amapá, entre os anos de 2000 e 2022, e que versam sobre a população LGBTQIA+. Para analisar quais os principais contratempos na execução dessas políticas, as/os autores/as dividiram as políticas públicas mapeadas em quatro eixos, a saber: políticas públicas de participação social; políticas públicas de visibilidade e orgulho; políticas públicas com o poder judiciário; e políticas públicas no combate às violências LGBTfóbicas. Os resultados da pesquisa mostram que apesar de o estado do Amapá possuir políticas públicas e leis específicas para essa população, as disputas políticas que ocorrem no interior do Estado tornam difícil a sua implementação. Apesar de encontradas políticas públicas que respondam aos temas dos quatro eixos mencionados no trabalho, a pesquisa reconhece que esses instrumentos ainda não são o suficiente para conter todas as lacunas em direitos e em políticas públicas necessárias para a população LGBTQIA+ e que esses avanços, ainda que poucos, só ocorreram pelo ativismo dos Movimentos LGBTQIA+.

A ausência da efetividade de políticas públicas para a população LGBTQIA+ e a sentida invisibilidade dessa população, que ficou ainda mais acentuada durante a pandemia da Covid-19, é discutida no artigo *A invisibilização da população LGBTQIA+ no contexto pandêmico da covid-19: reflexões sobre biopolítica, necropolítica e interseccionalidade*, escrito por Morgana Naiara Barbosa Moraes e Luís Antonio Bitante Fernandes. A partir dos conceitos de biopoder, biopolítica e necropolítica, a pesquisa buscou analisar a invisibilidade da população LGBTQIA+ frente às ações

do Estado durante a pandemia. O trabalho colocou no centro da discussão o impacto da pandemia para os LGBTQIA+ à medida que todas as ações tomadas naquele período foram universalizantes e pouco inclusivas às especificidades dessa população. Utilizando da técnica de pesquisa documental, as/os autoras/es reuniram dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais e do Coletivo #VoteLGBT, que versam sobre os efeitos da pandemia na vida da população LGBTQIA+, para examinar se o Estado tomou medidas efetivas que visassem proteger essa população e como a pandemia contribuiu para o crescimento da vulnerabilidade social entre os LGBTQIA+. Mostrando que a invisibilidade LGBTQIA+ dentro da estrutura política tem relação com as estratégias alicerçadas através da noção de biopoder e de biopolítica, a pesquisa apresenta duas ações que visam conter essa aparente invisibilidade: a mobilização coletiva a favor dos direitos LGBTQIA+ e o combate à cultura de repressão a população LGBTQIA+, através do reconhecimento desses códigos culturais que minam as relações entre esses grupos e a sociedade.

Em sentido oposto à invisibilidade da população LGBTQIA+, o artigo *Coletivo LGBT Sem Terra: o rural e os novos projetos de famílias homoparentais em assentamentos do MST em Minas Gerais, Brasil*, dos autores Bruno Monteiro Duarte e Douglas Mansur da Silva, discute a presença de pessoas LGBTQIA+ dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Minas Gerais. Através da técnica de pesquisa de história de vida, o estudo investigou como esses sujeitos manifestam as suas vivências no meio rural, por meio do Coletivo LGBT Sem Terra, e se a existência dessa frente dentro do MST tem alterado as dinâmicas relacionais de LGBTQIA+ que buscam transformar a sua realidade e construir famílias homoparentais monogâmicas. A partir dos relatos dos entrevistados, a pesquisa conclui que além de alterar essas dinâmicas relacionais, o Coletivo LGBT Sem Terra também é o ponto de partida para o engajamento desses sujeitos na luta coletiva pelo respeito à diversidade sexual e de gênero no interior do MST. A pesquisa abre caminhos para refletir sobre como as diversidades de gêneros e sexuais se constituem em espaços considerados não apropriados para a plena manifestação dessas vivências a partir do engajamento de militantes LGBTQIA+ na busca por reconhecimento.

Correlacionando o campo da resistência e também dos afetos, Catalina Fernández Vergara e Natália Quiñones-Campos, no artigo *Afectos, esperanzas y resistencias: activismos migrantes LGBT+ en Chile*, analisam o movimento migratório de pessoas LGBTQIA+ como um meio de resistência e qual a contribuição dos afetos coletivos desenvolvidos no lócus dessas experiências. Dessa forma, buscam compreender a relação entre o poder e a resistência em cenários marcados pela heterocisnorma e como as dimensões relacionadas ao afeto interferem nas experiências migratórias LGBTQIA+. Para tanto, foram entrevistados oito ativistas migrantes LGBTQIA+ no Chile com o propósito de investigar como se constituem as relações de afeto e resistência entre esses sujeitos na condição de migrantes, tendo como ponto de partida o campo do ativismo. Embora

as autoras reconheçam que mesmo sendo considerada uma alternativa de resistência LGBTQIA+, as experiências migratórias também provocam processos de violências e exclusão social. No entanto, essas vivências fortalecem os laços entre esses sujeitos, que se mobilizam coletivamente para contornar a proliferação dessas dinâmicas sociais de violência e exclusão. Nesse sentido, o debate empreendido no artigo esmiúça um campo ainda pouco estudado nas experiências migratórias, que é como os afetos contribuem para o fortalecimento de resistência de pessoas LGBTQIA+.

Na sequência, o artigo *O pessoal é político: reflexões sobre resistências lésbicas entre as montanhas de Minas Gerais durante os anos de 1970 -1990*, de autoria de Janice Aparecida de Souza e Alessandra Sampaio Chacham, analisa se as vivências de vinte e uma mulheres lésbicas, entre os anos de 1970 e 1990, em Belo Horizonte, contribuíram para os avanços em direitos da população LGBTQIA+ no momento presente. O artigo explora as experiências de resistências desse grupo de lésbicas em uma época marcada pela ditadura civil militar (1964-985), buscando compreender como foram constituídos os processos de interação dessas mulheres com os espaços que frequentavam, como buscavam viver as suas relações afetivas e sexuais e como resistiram à repressão a que estavam submetidas naquele período. A pesquisa conclui que as vivências dessas mulheres em meio à ditadura contribuíram para a formação de espaços de resistência, colaborando com a formação de movimentos organizados e que posteriormente foram pilares da luta organizada pelos direitos da população LGBTQIA+.

O período marcado pelas ditaduras militares na América do Sul também é o pano de fundo do artigo *(In)justicia epistémica, un concepto clave para abordar la memoria trans: el caso de la dictadura y posdictadura en Chile* da autora Consuelo Díaz Muñoz. O artigo aborda as histórias de mulheres trans chilenas durante a ditadura militar do Chile liderada pelo general Augusto Pinochet, entre os anos de 1973 e 1990. A partir dos relatos dessas mulheres, Díaz Muñoz reflete sobre a autoconstrução do protagonismo das mulheres trans, bem como sobre as suas pautas políticas e quais as respostas recebidas. Em especial, o texto debruça-se sobre as narrativas de Silvia Parada, ex-ativista chilena e fundadora do Grupo de Pessoas Transexuais, mais popularmente conhecido como Traves Chile, mostrando como o seu ativismo, durante a ditadura Pinochet, repercutiu em medidas políticas concretas que se estendem até os dias de hoje. A pesquisa reconhece que as narrativas dessas mulheres trans denunciam as diversas violências estruturais engendradas contra os corpos considerados dissidentes durante aquele período e, nesse sentido, questionam os discursos oficiais produzidos a respeito do passado recente do país.

Ainda em referência à população trans, o trabalho *Consideraciones críticas en torno a la ley trans en España: ciudadanía íntima, género y colonialidad*, de Antoni Aguiló Bonet, analisa criticamente a Lei 04/2023, nomeada de lei trans espanhola. A pesquisa problematiza a referida lei ao apontar que o seu conteúdo é baseado em princípios cissexistas e alosexistas, revelando que no

bojo das instituições políticas, os atos normativos contidos no processo legislativo seguem sendo construídos a partir de uma concepção restrita do significado de cidadania íntima aplicada a pessoas transexuais. O estudo revela a presença de um modelo de cidadania generificada e binária oriunda de uma cultura historicamente baseada na cisnormatividade e no modelo patriarcal de sociedade, ou seja, responde a um modelo de gênero colonial hegemônico que não consideram as diversas manifestações de gêneros e sexualidades dissidentes. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa avança ao discutir as nuances da lei trans espanhola, pois considera que não há um consenso sobre a institucionalização dos direitos da população transexual. Logo, reconhece que não há um debate fechado acerca do reconhecimento da cidadania íntima de pessoas transexuais, o que pressupõe pensar em novos modelos de sociedade em que outras possibilidades de gêneros e sexualidades passem a ser consideradas.

As tensões entre os movimentos LGBTQIA+ e campo institucional são analisadas no artigo *Tensiones y sinergias entre movimientos LGBTQIA+ e institucionalidad en Cuba: premisas para la investigación y la acción*, de Raudelio Machin Suárez. O autor investigou as nuances nas relações entre os movimentos sociais e as instituições cubanas nos últimos cinco anos. O trabalho propõe intercruciar os principais marcadores de gênero e sexualidade do quadro regulamentar e institucional de Cuba com as manifestações dos Movimentos LGBTQIA+. Conforme a pesquisa, não há um consenso nas descrições sobre as relações entre o campo institucional e os movimentos sociais, em razão de se perceber que enquanto para alguns intelectuais o Estado é excludente e se opõe a reconhecer as diversidades de gêneros e sexuais, para outros, o quadro institucional de Cuba é um exemplo de acolhimento dessas diferenças. Para investigar essa questão, a pesquisa explorou novas formas de compreender essa relação e, para tanto, tomou como lente de análise os estudos do campo da psicologia social, psicanálise, filosofia e ciências sociais. Como conclusão, o artigo aponta que as relações dos Movimentos LGBTQIA+ com o quadro institucional de Cuba é ainda muito reativa e que, nessa perspectiva, é necessário que essas instituições confirmem a maior participação de ativistas desses movimentos às instituições cubanas.

Também mostrando essas tensões no campo institucional, Matteo Gigante, no artigo *Desconstrução de mitos homofóbicos no Exército Brasileiro e mapeamento de repercussões históricas a partir do testemunho “Soldados não Choram”*, analisa o depoimento do ex-sargento Fernando Alcântara de Figueiredo, que retrata os desdobramentos da exposição da sua relação homoafetiva com o ex-militar Laci Marinho de Araújo, enquanto faziam parte do Exército do Brasil. O texto propõe o intercrucamento da técnica de análise literária e ferramentas hermenêuticas das ciências sociais para traçar as mudanças históricas e sociais no bojo da sociedade em contraponto com a manutenção da tradição heteronormativa no interior das instituições militares brasileiras. E, nesse sentido, constata que houve uma forte repressão sofrida por esses agentes

públicos ao assumir uma relação declaradamente homoafetiva dentro do Exército, ao tempo que identifica que essa instituição militar já reconhece o aumento do número de militares LGBTQIA+ em seu quadro. O trabalho supera a expectativa inicial pretendida ao problematizar as relações presentes nessas instituições, que rejeitam a presença de militares declaradamente LGBTQIA+ em seu quadro funcional e aproveita a discussão em torno das violências e preconceitos vividos por militantes LGBTQIA+ no Exército brasileiro para se posicionar a favor dos direitos humanos.

Por fim, encerramos o dossiê com a resenha *Escritos de combate às políticas de morte e para a construção de uma educação LGBTQI+*, de Dailza Araújo Lopes, Virgínia de Santana Cordolino Nunes (*in memoriam*) e Wellington Pereira Santos. O texto resenha a obra *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes*, organizado por Bruna Andrade Irineu, Márcio Alessandro Neman do Nascimento, Brendhon Andrade Oliveira e Jefferson Adriã Reis e publicado pela editora Devires. Em linhas gerais, a obra reúne artigos, relatos de experiência, poemas e manifestos relacionados ao gênero, raça, classe, diversidade sexual e, nesse sentido, a resenha traz um amplo panorama com sínteses dos textos reunidos na referida obra. Ao final da resenha, os/as autores/as se dedicam a escrever uma breve análise sobre os temas abordados e problematizam o fato da pouca ou nenhuma abordagem mais contundente nos textos que tratam das questões de raça interseccionadas com os marcadores de gênero e sexualidade, e que as chamadas “políticas de mortes”, engendradas pelo neoconservadorismo, em grande medida ocupam a atenção nos estudos das diversidades sexuais e gêneros.

Considerações Finais

O dossiê *Movimentos Sociais e Direitos LGBTQIA+ Possibilidades e disputas* teve como objetivo reunir um conjunto de pesquisas que versam sobre os entraves e estratégias utilizadas pela sociedade civil na busca por direitos e políticas para a população LGBTQIA+. Como resultado, trouxe contribuições originais e alternativas para esse campo de estudo e ativismo, através da diversidade de discussões em torno dos desafios encontrados por essa população durante o processo de conquista e reconhecimento desses direitos. E, nesse sentido, este dossiê é um marco para a área de estudos sobre os direitos da população LGBTQIA+, pois reúne um amplo panorama de experiências e desafios encontrados pelos movimentos sociais na complexa disputa que envolve a luta de pessoas declaradamente LGBTQIA+ para reivindicar o pleno direito de existir e de serem respeitadas.

Os textos aqui publicados trazem uma perspectiva singular das experiências de pessoas, ativistas e Movimentos LGBTQIA+ em países como o Brasil, Chile, Cuba e Espanha, demonstrando como as diversas iniciativas desses grupos contribuíram para o conjunto de direitos

garantidos até agora. Há um ponto em comum nesses textos, que é a forte presença de posições conservadoras nas esferas sociais e que são responsáveis pela construção de códigos de poder e repressão sexual e de gênero. Conseqüentemente, embora reconheçamos que as experiências de reivindicação de direitos para a população LGBTQIA+ sejam distintas e complexas, percebemos nas pesquisas que essas experiências se aproximam, em razão de a luta por esses direitos ter relação com a construção de sistemas de opressão nas estruturas das relações sociais que configuram a ordem patriarcal. Em outras palavras, mesmo que as estratégias de reivindicação de direitos e políticas apresentem diferentes contornos, os desafios e as disputas pretendidas são, em grande medida, similares.

Frente ao massivo crescimento da agenda conservadora, a importância deste dossiê se configura ao publicizar as experiências de resistência LGBTQIA+ abrindo campo para novas concepções e interpretações da realidade social. Em geral, os artigos aqui reunidos abordam a formação, atuação e a contribuição da sociedade civil para a promoção da livre orientação sexual, identidade e expressão de gênero, como também versam sobre o comportamento das instituições políticas diante das disputas por esses direitos. Portanto, a publicação deste dossiê na Revista Simbiótica passa a ser um avanço para o campo de estudos que versam sobre a trajetória de Movimentos LGBTQIA+ e a construção dos direitos sociais para essa população em cenários de negação histórica de direitos. Não só porque sistematiza um conjunto de resultados de pesquisas contemporâneas que informa, por meio da crítica fundamentada, os caminhos engendrados pela população LGBTQIA+ para se fazer garantir os seus direitos, mas, também, porque é uma conquista que os direitos dos sujeitos mais vulneráveis às opressões sociais, como os LGBTQIA+, tenham ganhado a atenção da academia, com o conseqüente incentivo à publicação dessas pesquisas nas revistas científicas.

Por fim, este dossiê ao integrar um conjunto de pesquisas que tratam sobre a conquista de direitos da população LGBTQIA+ deixa em aberto novas agendas de pesquisas. Por exemplo, a ascensão de projetos políticos autoritários no âmbito das instituições políticas em nível global e a cooptação de estratégias dos movimentos considerados mais progressistas pelos movimentos alinhados à direita do espectro político. Como mostram os artigos, as experiências vividas pela população LGBTQIA+ são marcadas por possibilidades e disputas, o que requer a construção de agendas de pesquisas interdisciplinares e abertas a investigar as diversas dinâmicas presentes no contexto político, a exemplo das disputas com a direita. Ou seja, defendemos a realização de mais estudos que explorem essas dinâmicas, que alteram e reconfiguram a atuação da sociedade civil e que ajudam a compreender as estratégias usadas por esses atores, tanto para assegurar mais direitos como para impedir que esses direitos sejam efetivados. A disputa também é interpretativa e se faz na academia.

Referências

- AQUINO, Ana B.; ALMEIDA, Gustavo M. de; SALES, Rafael; LIMA, Nicole (2021), “Entre avanços e retrocessos: as políticas LGBTs na América Latina”. *Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil*. [Consult. 04-07-2023]. Disponível em <https://opeb.org/2021/07/10/entre-avancos-e-retrocessos-as-politicas-lgbts-na-america-latina/>
- CÉSAR, Caio (2023), “Pastor bolsonarista André Valadao diz que evangélicos deveriam matar LGBTs”. *Carta Capital*. [Consult. 04-07-2023]. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pastor-bolsonarista-andre-valadao-diz-que-evangelicos-deveriam-matar-lgbts/>
- ÉVORA, Cláudia (2023), “Violência contra a comunidade LGBTI+ na Europa bate recorde de há uma década”. *CNN*. [Consult. 04-07-2023]. Disponível em <https://cnnportugal.iol.pt/violencia/lgbtqi/violencia-contra-a-comunidade-lgbtqi-na-europa-bate-recorde-de-ha-uma-decada/20230220/63f3602f0cf2cf9224f9cdac>
- HUNTY, Rita von (2023), “Quem odeia o Orgulho?”. *Carta Capital*. [Consult. 04-07-2023]. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/quem-odeia-o-orgulho/>
- ILGA WORLD (2023), *Annual Review: of the human rights situation of lesbian, gay, bisexual, trans, and intersex people in Europe and Central Asia*. 158p. [Consult. 04-07-2023]. Disponível em <https://www.ilga-europe.org/report/annual-review-2023/>
- OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL (2023), *Dossiê denuncia 237 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022*. [Consult. 04-07-2023]. Disponível em <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>
- RODRIGUES, Matheus (2022), “Além do Catar e Marrocos, outros 64 países ainda criminalizam relações entre pessoas do mesmo sexo” *GI*. [Consult. 04-07-2023]. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/copa-do-catar/noticia/2022/12/06/alem-do-catar-e-marrocos-outros-64-paises-ainda-criminalizam-relacoes-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-veja-lista.ghtml>
- ROSAS, Paula (2023), “Os países que punem a homossexualidade com pena de morte” *BBC*. [Consult. 04-07-2023]. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64252532#:~:text=Em%20seis%20pa%C3%ADses%2C%20a%20lei,nos%20seus%20respectivos%20c%C3%B3digos%20penais>
- SOUSA, Libni M.; PEREZ, Olívia C. (2022), “Direitos LGBTQIA+: Um estudo sobre o uso da judicialização pelo Grupo Matizes no Brasil”. *Ex aequo*, n. 45, pp. 99-116 [Consult. 08-07-2023]. Disponível em <https://10.22355/exaequo.2022.45.08>
- VOGUE, Ariane de; COLE, Devan (2023), “Em decisão polêmica, Suprema Corte dos EUA limita proteções à comunidade LGBT+”. *CNN Brasil*. [Consult. 04-07-2023]. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/suprema-corte-dos-eua-limita-direitos-lgbt/>

Recebido em 14-07-2023
Aceito para publicação em 24-07-2023